

ANEXO

Exercício de 2016

1 – Identificação da entidade:

1.1 – Designação da entidade.

Côa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa

NIPC 510 058 086

1.2 – Sede.

A sede da instituição localiza-se na Rua do Museu do Côa, 5150 – 620 Vila Nova de Foz Côa.

1.3 – Natureza da atividade.

A Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa é uma fundação pública com regime de direito privado, criada pelo Decreto-Lei n.º 35/2011, de 8 de março. A fundação tem como objetivo gerir, de forma integrada, o património arqueológico, paisagístico e cultural do Vale do Côa.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – *Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior.

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e os seguintes princípios:

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se, então, que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

- Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Tais considerações e princípios sobre a materialidade foram acolhidos na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da instituição.

- Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.


- Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Genericamente, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo, não tendo sido alterada qualquer política contabilística relativamente ao período anterior.

b) Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento):

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são constituídos por Edifícios/outras construções, Viaturas, Equipamentos Básicos e outros bens dos quais se espera que permitam a prossecução da atividade presente e futura e/ou a realização de rendimentos para a entidade. Estes são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.



Os bens do ativo fixo tangível obtidos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade dos doadores. No caso dos bens transferidos pelo EXIGESPAR, a sua mensuração foi efetuada pelo valor pelo qual figuravam na contabilidade desse organismo à data da transferência para a Fundação, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

Os custos incorridos relacionados com manutenções, reparações, seguros e impostos sobre os ativos são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas aos AFT.

Inventários

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda esperado deduzido dos custos estimados para efetuar a venda.

A diferença entre o custo e o valor realizável líquido é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

O método de custeio dos inventários adotado pela entidade consiste no custo médio ponderado.

Imparidade de ativos

A entidade realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA nem outros impostos liquidados relacionados com a venda ou prestação de serviços.


O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. No caso concreto, não existem situações em que a prestação de serviços transita de um período para outro, não havendo, por isso mesmo, lugar à aplicação da percentagem de acabamento para efeitos de reconhecimento do rédito.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a venda e/ou a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Fundação Côa Parque.



Na preparação das Contas, assumiu-se a inexistência do risco de incobrabilidade dos créditos detidos sobre os Fundadores ligados às transferências financeiras a que estes estão vinculados para apoio às despesas de funcionamento da entidade.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações nas políticas contabilísticas de um período para o outro.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas.

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros

3.4 – Correção de erros de períodos anteriores

Foram reavaliados alguns saldos constantes da contabilidade da entidade transitados do período anterior, total ou parcialmente, tendo-se concluído pela impossibilidade da sua realização, os quais estão relacionados com créditos reconhecidos excessivamente sobre alguns fundadores. Em resultado dessa reavaliação, o correspondente desreconhecimento foi refletido em Resultados Transitados, de forma a não afetar os resultados do período. Assim, o ativo e os fundos patrimoniais da entidade foram diminuídos em 262.111,81 €.

Foram, também, contabilizados em Resultados Transitados 20.337,87 € relativos a impostos e contribuições pagos em 2016, pagamentos esses relativamente aos quais não se conseguiu apurar o modo ou forma como foram feitos. Essa contabilização teve como consequência uma melhoria dos Fundos Patrimoniais da entidade, pelo montante assinalado.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no valor constante dos registos contabilísticos do IGESPAR (atual DGPC), à data da transferência para a Fundação Côa Parque.

O modelo subjacente à valorização dos vários elementos que compõem o Ativo Fixo Tangível, incluindo não só os bens transferidos pelo IGESPAR (atual DGPC) mas também os bens adquiridos pela Fundação, é o modelo do custo.

- Ver 3.1 b)

b) Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Bens do domínio público		Bens do património histórico, artístico e cultural		Outros ativos fixos tangíveis				
					Edif. e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis					10 anos	3 - 10 anos	4 anos	3 - 8 anos	4 - 8 anos
Taxas de depreciação					10,00%	10 - 33,33%	25,00%	12,5 - 33,33%	12,5 - 25%
Métodos de depreciação					Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e

e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Bens do domínio público	Bens do património histórico, artístico e cultural	Outros ativos fixos tangíveis					Ativos fixos tangíveis em curso	Totais	
				Edifícios e Outras Const.	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis			
Em 01.01.2016	Quantias brutas escrituradas			71.180,00	1.211.598,26	65.530,00	284.193,31	17.501,85		1.650.004,02	
	Depreciações acumuladas			(7.118,06)	(746.349,37)	(65.530,00)	(278.184,25)	(4.180,18)			
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas			64.062,54	465.248,89		6.029,11	13.321,67		548.662,21	
Movimentos do período 2015	Adições	Aquisições			3.997,50						3.997,50
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção									
		Trabalhos para a própria entidade									
		Outras									
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização									
		Decréscimos por revalorização									
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso									
		Outras									
	Diminuições	Alienações									
		Abates									
		Outras									
	Depreciações	Aumentos de depreciações			(7.517,81)	(173.502,79)		(2.049,20)	(2.254,26)		(185.324,06)
		Reversões de depreciações									
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade									
Reversões de perdas por imparidade											
Em 31.12.2015 (01.01.2016)	Quantias brutas escrituradas			75.178,10	1.211.598,26	65.530,00	284.193,31	17.501,85		1.654.001,52	
	Depreciações acumuladas			(14.635,87)	(919.852,16)	(65.530,00)	(280.213,46)	(6.434,44)		(1.286.665,87)	
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas			60.542,23	291.746,10		3.979,91	11.067,41		367.335,65	
Movimentos do período 2016	Adições	Aquisições									
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção									
		Trabalhos para a própria entidade									
		Outras									
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização									
		Decréscimos por revalorização									
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso									
		Outras									
	Diminuições	Alienações									
		Abates									
		Outras									
	Depreciações	Aumentos de depreciações			(7.517,81)	(105.728,17)		(894,40)	(2.254,26)		(116.394,64)
		Reversões de depreciações									
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade									
Reversões de perdas por imparidade											
	Quantias brutas escrituradas			75.178,10	1.211.598,26	65.530,00	284.193,31	17.501,85		1.654.001,52	
	Depreciações acumuladas			(22.153,68)	(1.025.580,33)	(65.530,00)	(281.107,86)	(8.686,70)		(1.403.060,51)	
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas			53.024,42	186.017,93		3.085,51	8.813,15		250.941,01	

5 – Inventários:

5.1 – Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio				Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Fins industriais ou comerciais	Custo histórico	✓				
		Valor realizável líquido					
		Justo valor menos os custos de vender					
	Fins sociais	Custo histórico					
		Custo corrente					
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra	✓				
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais	✓				
		Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição	✓				
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes	✓				
	Custos de conversão (produção)	Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
		Mão de obra direta					
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
	Outros custos	Gastos gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
		Gastos gerais que não sejam industriais					
		Custos de conceção de produtos para clientes específicos					
		Custos de empréstimos obtidos					
Técnicas de mensuração do custo	Custos padrão regularmente revistos						
	Outras		✓				
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos						
	Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)						
	Custeio médio ponderado		✓				

As mercadorias encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui eventuais despesas incorridas até ao armazenamento.

O sistema de inventário utilizado é intermitente.

5.2 – *Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.*

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção			Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2016	Inventários armazenados na entidade	60.654,85		60.654,85				60.654,85
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Subtotal							
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
Totais		60.654,85		60.654,85				60.654,85
31.12.2015	Inventários armazenados na entidade	65.539,99		65.539,99				65.539,99
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Subtotal							
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
Totais		65.539,99		65.539,99				65.539,99

6 – Rendimentos e Gastos:

6.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a venda e/ou prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;

seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os réditos associados às vendas de mercadorias são reconhecidos imediatamente após a consumação de tais vendas, a qual se traduz na entrega das mercadorias aos clientes, procedendo-se à emissão do documento de venda logo após a referida entrega.

No que se refere às prestações de serviços, os réditos correspondentes são reconhecidos no momento dessa prestação, com base nos tickets e/ou faturas emitidos a propósito.

6.2 - *Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.*

No seguimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2016, de 30 de novembro, a Fundação Cõa Parque reconheceu em subsídios à exploração a quantia de 639.424,00 €. Este montante refere-se a transferências a realizar pelos vários fundadores a título excecional, de forma proporcional à participação de cada um deles nos Fundos da Fundação, autorizadas e promovidas pelo referido Conselho para o equilíbrio de contas desta.

7 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

7.1 - *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.*

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial 2015	Débitos	Créditos	Saldo final 2015 (Saldo)	Débitos	Créditos	Saldo final 2016
Outras variações no capital próprio	518.961,78	(183.834,78)	9.812,85	344.939,85	(113.703,77)	2.145,62	233.381,70
Subsídios	76.868,77	(13.088,08)	5.022,40	68.803,09	(11.886,50)	2.145,62	59.062,21
Doações	442.093,01	(170.746,70)	4.790,45	276.136,76	(101.817)		174.319,49
Outras							

As diminuições (débitos) registados durante o período de 2016 correspondem, exclusivamente, à imputação dos subsídios recebidos a rendimentos do exercício, na proporção das depreciações efetuadas no próprio exercício relativas aos ativos financiados.

Já os aumentos (créditos) verificados no mesmo período decorrem, em exclusivo, do recebimento (final) de um subsídio no âmbito do projeto Norte-08-0569-FEDER-000095.

7.2 - *Principais doadores/fontes de fundos.*

(valores expressos em euros)

Fontes de fundos		Período 2016			Período 2015		
		Quantias atribuídas no período	Quantias atribuídas acumuladas até ao período	Total	Quantias atribuídas no período	Quantias atribuídas acumuladas até ao período	Total
Fundadores	DGPC		275.000,00	275.000,00		275.000,00	275.000,00
	Município V. N. Foz Côa		20.000,00	20.000,00		20.000,00	20.000,00
	Turismo Porto e Norte		100.000,00	100.000,00		100.000,00	100.000,00
	A. P. A.		100.000,00	100.000,00		100.000,00	100.000,00
	Assoc. Munic. Vale do Côa		5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00
			500.000,00	500.000,00		500.000,00	500.000,00
Associados	...						
Membros	...						
Patrocinadores	...						
Doadores	...						
Outros	...						
Totais			500.000,00			500.000,00	500.000,00

Os valores mencionados nesta tabela dizem respeito à realização do capital fundacional, o qual ascende a 500.000,00 €.

À data de 31/12/2016, o valor do capital subscrito encontrava-se totalmente realizado.

8 – Instrumentos financeiros:

8.1 – Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade procede à mensuração dos seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários; e
- Contratos para contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. No final do período a entidade não dispunha deste tipo de instrumentos.



Em termos de reconhecimento, a entidade reconhece um ativo financeiro/passivo financeiro apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Genericamente e mais frequentemente, os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Em cada data de relato, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A entidade não dispõe de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

8.2 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Fundos	500.000,00			500.000,00
Excedentes técnicos				
Reservas				
Reservas legais				
Outras reservas				
Resultados transitados	(452.554,39)	(485.959,62)	20.337,87	(918.176,14)
Excedentes de revalorização				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros				
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	344.939,85	(113.703,77)	2.145,62	233.381,70
Subsídios	68.803,09	(11.886,50)	2.145,62	59.062,21
Doações	276.136,76	(101.817,27)		174.319,49
Outras				

As diminuições registadas em Resultados Transitados englobam:

- a aplicação do Resultado Líquido do ano de 2015: 223.847,81 €; e
- o desreconhecimento de subsídios à exploração (referidos no ponto 3.4): 262.111,81 €.

Já os aumentos respeitam a anulações de dívidas respeitantes a impostos e contribuições (IRS e CGA).

Por sua vez, as alterações verificadas nas rubricas de “Subsídios” e “Doações” são as já mencionadas no ponto 7.1.

8.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Outras dívidas.

As dívidas da entidade superiores a um ano decorrem de um acordo prestacional firmado com a Segurança Social, no decurso de 2016, e o seu montante ascende a 22.709,45 €, sendo a dívida englobada no referido acordo, à data de 31/12/2016, de 29.697,05 €.

9 – Benefícios dos empregados.

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

Colaboradores durante o período	Período 2016		Período 2015	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	3	3	3	3
Empregados	33	34	35	36
Cooperantes				
Voluntários				

Os membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

Em 2016 e atualmente, o Conselho de Administração é constituído por três elementos. Durante o ano de 2016 o número de elementos e a composição dos órgãos sociais não sofreu alteração.



10 Acontecimentos após a data do balanço:

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração dos resultados nem no balanço.

Pode estar em causa o reconhecimento, efetuado em 2016, de 176.000,00 € de rendimentos e o correspondente ativo corrente, já que, depois de encerradas as contas, surgiu a dúvida sobre se o Fundador com relação ao qual foram reconhecidos esses rendimentos e ativo concretizará ou realizará as transferências subjacentes a tal reconhecimento.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

11.1 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

À data de 31 de dezembro de 2016, a entidade encontrava-se em mora quanto ao pagamento de contribuições para a ADSE, no montante de 27.961,33 €, para a Segurança Social no valor de 46.736,65 € (dos quais 29.697,05 € enquadrados já num plano de pagamentos prestacional, iniciado no decurso de 2016) e de retenções sobre o trabalho dependente no montante de 13.475,00 €. No que se refere às contribuições para a CGA em situação de mora, as mesmas ascendiam, em 31/12/2016, a 79.436,75 €. À data de emissão das presentes demonstrações financeiras, quase todas estas dívidas se encontram liquidadas, com exceção do plano de pagamentos acordado com a Segurança Social, cuja dívida ascendia, em 31/12/2016, a 29.697,05 €.

Não existem valores a pagar aos trabalhadores em situação de mora.

Nessa mesma data, existem verbas por pagar aos elementos do Conselho de Administração (C. A.) respeitantes a senhas de presença (2.298,60 €) e de reembolso de despesas efetuadas pelo anterior presidente do C. A. em nome e por conta da entidade (5.791,14 €).

Há ainda a considerar o débito a um ex-elemento do Conselho de Administração, pelo valor de 4.854,27 €, correspondente à remuneração pelo desempenho de funções em substituição do ex-Presidente do mesmo Conselho.

Esclarece-se que não foram tomados em linha de conta os (eventuais) impactos de natureza económica e financeira que poderão decorrer para Fundação em resultado das

conclusões constantes do Relatório produzido pela Inspeção Geral de Finanças associado à Auditoria que levou a cabo aos anos de 2011 a 2014.

Tais impactos, a terem lugar, não deverão apresentar relevância.

11.2 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único

Pelos serviços prestados durante o período de 2016, o Revisor Oficial de Contas auferiu honorários/ano no valor de 4.980,00 €, mais IVA.

12 – Outras divulgações.

Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

a) Informação relativa a ativos e passivos financeiros;

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		Período 2016			Período 2015		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Cientes e utentes	2.905,08		2.905,08	2.330,16		2.330,16
	Outros créditos a receber	571.304,66		571.304,66	204.197,27		204.197,27
	Estado e outros entes públicos	9,11		9,11	61,10		61,10
	Débitos de fornecedores	3.751,33			81,75		
	Caixa e depósitos bancários	125.949,14		125.949,14	13.728,56		13.728,56
		703.919,32		703.919,32	220.398,84		220.398,84
Passivos financeiros	Fornecedores	447.700,40		447.700,40	269.795,96		269.795,96
	Estado e outros entes públicos - curto prazo	168.237,61		168.237,61	114.291,15		114.291,15
	Estado e outros entes públicos - m/l prazo	22.709,45					
	Outros passivos correntes	96.298,10			101.241,63		
		734.945,56		734.945,56	485.328,74		485.328,74

b) Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos;

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos			Período 2016	Período 2015
Acréscimos	Acréscimos de rendimentos	Outros acréscimos de rendimentos	3.690,00	492,00
		...		
		Totais	3.690,00	
	Acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	84.707,09	89.028,35
		Trabalhos especializados	3.000,00	
		Totais	87.707,09	89.028,35
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Seguros	158,03	157,19
		...		
		Totais	158,03	157,19
	Rendimentos a reconhecer	...		
		...		
		Totais		

c) Detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos";

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»	31.12.2016			31.12.2015		
	Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento	9,11		9,11	61,10		61,10
Retenção de capitais	9,11		9,11	61,10		61,10
Retenção de impostos sobre rendimentos		(18.255,00)	(18.255,00)		(10.306,00)	(10.306,00)
Imposto sobre o valor acrescentado		(1.627,05)	(1.627,05)		(1.336,66)	(1.336,66)
Outros impostos						
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE		(171.065,01)	(171.065,01)		(102.648,49)	(102.648,49)
Tributos das autarquias locais						
Outras tributações						
Totais	9,11	(190.947,06)	(190.937,95)	61,10	(114.291,15)	(114.230,05)

d) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários;

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2016			31.12.2015		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	138,56		138,56	304,37		304,37
	Subtotais	138,56		138,56	304,37		304,37
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	120.810,58		120.810,58	8.424,19		8.424,19
	Depósitos a prazo	5.000,00		5.000,00	5.000,00		5.000,00
	Subtotais	125.810,58		125.810,58	13.424,19		13.424,19
Outros equivalentes de caixa	Ativos financeiros				434,72		434,72
	Subtotais				434,72		434,72
Totais		125.949,14		125.949,14	14.163,28		14.163,28

e) Detalhe do rédito;

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2016			Período 2015			Período 2014	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de bens	31.229,67	19,36%	(23,20%)	40.661,16	23,46%	1,78%	39.948,32	25,42%
Prestação de serviços	130.059,34	80,62%	(1,79%)	132.427,82	76,40%	13,28%	116.901,76	74,38%
Juros	36,09	0,02%	(85,30%)	245,44	0,14%	(22,84%)	318,10	0,20%
Royalties								
Dividendos								
Totais	161.325,10	100%	-6,93%	173.334,42	100%	10,29%	157.168,18	100%

f) Quantia de inventários reconhecida como um gasto (rendimento) durante o período;

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e às matérias de consumo			Período 2016			Período 2015			
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+	65.539,99		65.539,99	71.425,82		71.425,82	
	Compras	Compras	+	13.030,32		13.030,32	17.748,23		17.748,23
		Devoluções de compras	-				(5,94)		(5,94)
		Descontos e abatimentos em compras	-						
		Total	= +	13.030,32		13.030,32	17.742,29		17.742,29
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-						
		Perdas em sinistros	-						
		Perdas por quebras	-						
		Outras perdas	-						
		Ofertas e amostras	-						
		Ganhos em sinistros	+						
		Ganhos por sobras	+						
		Outros ganhos	+						
	Total	= +							
	Inventários no fim do período	-	(60.654,85)		(60.654,85)	(65.539,99)		(65.539,99)	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=	17.915,46		17.915,46	23.628,12		23.628,12		
Perdas em inventários	+								
Ofertas e amostras de inventários	+								
Perdas por imparidade	+								
Totais	=	17.915,46		17.915,46	23.628,12		23.628,12		

g) Desdobramento da rubrica "Fornecimentos e serviços externos";

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2016	Período 2015
Subcontratos			
Serviços especializados	Trabalhos especializados	29.720,84	63.464,35
	Publicidade e propaganda		
	Vigilância e segurança	143.172,00	184.746,00
	Honorários		
	Comissões		
	Conservação e reparação	10.583,58	11.158,25
	Outros		
Totais		183.476,42	259.368,60
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.034,67	2.243,49
	Livros e documentação técnica		
	Material de escritório	600,98	538,92
	Artigos para oferta		
	Outros		
Totais		2.635,65	2.782,41
Energia e fluidos	Electricidade	55.316,93	50.731,27
	Combustíveis	13.312,42	15.052,80
	Água	715,47	585,89
	Outros		
Totais		69.344,82	66.369,96
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	111,40	477,25
	Transportes de pessoal		15,40
	Transportes de mercadorias	235,83	309,37
	Outros		
Totais		347,23	802,02
Serviços diversos	Rendas e alugueres		2.846,66
	Comunicação	8.199,10	7.766,92
	Seguros	2.803,47	3.156,16
	Royalties		
	Contencioso e notariado	33,00	15,84
	Despesas de representação		
	Limpeza, higiene e conforto	1.981,60	2.979,03
	Outros serviços	24,40	9,30
Totais		13.041,57	16.773,91
Totais		268.845,69	346.096,90

h) Desdobramento da rubrica "Gastos com o pessoal";



(valores expressos em euros)

Gastos com o Pessoal	Período 2016	Período 2015
Remunerações do pessoal	456.725,32	482.444,19
Encargos sobre remunerações	106.219,80	113.918,83
Seguro de acidentes de trabalho	156,30	155,82
Outros gastos com o pessoal	35.252,86	36.370,15
Subsídio de alimentação	32.140,26	33.508,81
Abono de família	1.719,72	1.719,72
Despesas de representação	357,40	43,39
Ajudas de custo	1.035,48	1.098,23
Outros	2.495,00	
Totais	600.849,28	632.888,99

i) Detalhe dos Subsídios à Exploração reconhecidos e das dívidas existentes à data de 31/12/2016.



(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com rendimentos	Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	DGFC	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2016	31/12/2016	315.000,00	351.683,00	666.683,00
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Município de V. N. Foz Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2016	31/12/2016	-	48.486,09	48.486,09
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Turismo Porto e Norte	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2016	31/12/2016	107.990,26	107.894,74	215.885,00
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	A. P. A.	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2016	31/12/2016	200.000,00	27.885,00	227.885,00
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Assoc. Munic. Vale do Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2013	31/12/2013	5.780,28	1.198,53	6.978,81
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Assoc. Munic. Vale do Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2014	31/12/2014	-	6.978,81	6.978,81
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Assoc. Munic. Vale do Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2015	31/12/2015	-	5.727,27	5.727,27
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Assoc. Munic. Vale do Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2016	31/12/2016	-	12.121,27	12.121,27
		Medida ativa de emprego	Contrato Emprego-Inserção	IEFP	Inserção na vida ativa	Em dinheiro	2015	2016	5.849,79	-	5.849,79
		Comparticipações comunitárias em projetos	Norte-08-0569-FEDER-000094	FEDER	Melhora das condições de segurança, visitação e acessibilidade do Museu do Côa	Em dinheiro	2012	2015	20.635,79	-	20.635,79
		Comparticipações comunitárias em projetos	Norte-08-0569-FEDER-000095	FEDER	Atualização/valorização da museologia do Museu do Côa	Em dinheiro	2012	2015	439,85	-	439,85
		Comparticipações comunitárias em projetos	Norte-08-0569-FEDER-000096	FEDER	Valorização do Núcleo de arte Rupestre da Penescosa	Em dinheiro	2012	2015	1.600,00	-	1.600,00
		Comparticipações comunitárias em projetos	Norte-08-0569-FEDER-000101	FEDER	Programação Cultural do Parque Arqueológico/Museu do Côa	Em dinheiro	2012	2015	178.257,58	-	178.257,58
		Comparticipações comunitárias em projetos	CENTRO-07-PI27-FEDER-010018	FEDER	Plano de Comunicação da Arte do Vale do Côa	Em dinheiro	2012	2015	152.018,07	9.329,95	161.348,02
Totais								987.571,62	571.304,66	1.558.876,28	

j) Detalhe das contas Outros Rendimentos e Outros Gastos.

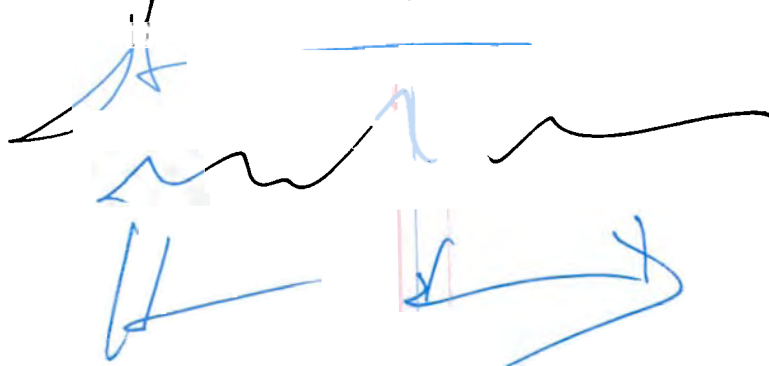
(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2016	Período 2015	Outros gastos		Período 2016	Período 2015
Rendimentos suplementares	Serviços sociais			Impostos	Impostos diretos		
	Aluguer de equipamento	15.240,00	22.360,00		Impostos indiretos	3.320,40	145,05
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas		31,12
	Royalties				...		
	Desempenho de cargos sociais noutras empresas				...		
	Outros rendimentos suplementares	8.963,54	7.946,43		...		
Totais		24.203,54	30.306,43	Totais		3.320,40	176,17
Descontos de pronto pagamento obtidos		0,06	0,61	Descontos de pronto pagamento concedidos			
Outros rendimentos	Correções relativas a períodos anteriores	3.690,00	8.227,47	Outros gastos	Correções relativas a períodos anteriores		9.484,25
	Imputação de subsídios para investimentos	113.703,77	181.689,16		Donativos		
	...				Quotizações		500,00
	Restituição de impostos				Ofertas e amostras de inventários		
	Excesso da estimativa para impostos				Insuficiência da estimativa para impostos		
	Ganhos em outros instrumentos financeiros				Perdas em instrumentos financeiros		
	Outros não especificados	33,12	642,67		Outros não especificados	11.998,35	3.166,74
Totais		117.426,89	190.559,30	Totais		11.998,35	13.150,99
Totais		141.630,49	220.866,34	Totais		15.318,75	13.327,16

Vila Nova de Foz Côa, 26 de abril de 2017

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2016

8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

8.1 – Análise Financeira (patrimonial)

Segue-se, agora, a análise à performance económica e financeira da Fundação, efetuada com base na informação contabilística referente ao exercício de 2016, numa base comparativa com a informação referente ao exercício de 2015. Tal informação foi preparada pela empresa de contabilidade ACONTA, tendo, posteriormente, sido objeto de Revisão/Auditoria.

Assim,

O Balanço da Côa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa (Côa Parque) relativo ao exercício de 2016, apresenta um Ativo Líquido de 1.015.673,21 euros, um valor de Fundos Patrimoniais de 280.727,65 euros, sendo o seu passivo no valor de 734.945,56 euros.

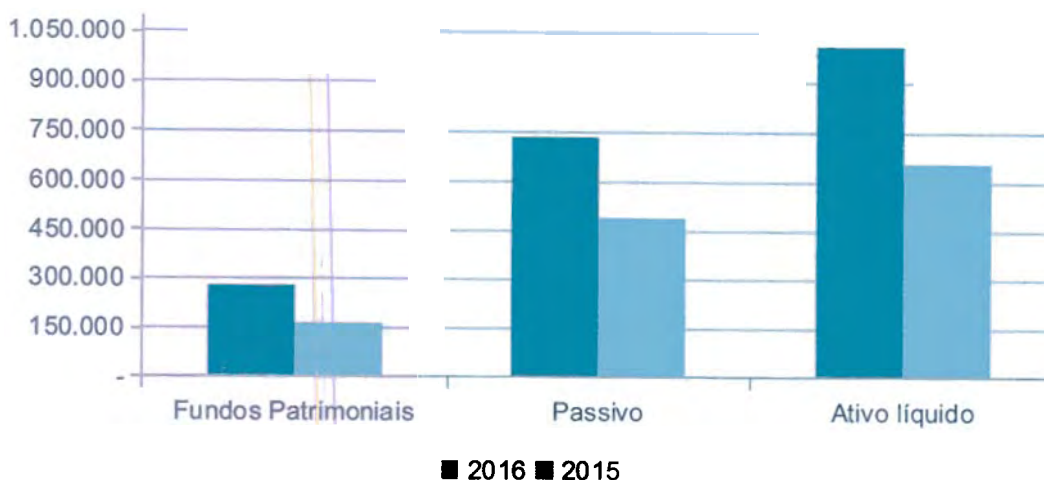
Apresentando-se, também, os valores de 2015 para efeitos comparativos, os grandes agregados do Balanço de 2016 (e de 2015), estruturam-se do seguinte modo:

(valores expressos em euros)

Rubrica	2016	2015
Fundos Patrimoniais	280.727,65	168.537,65
Passivo	734.945,56	485.328,74
Ativo líquido	1.015.673,21	653.866,39

O valor do ativo líquido aumentou consideravelmente entre 2015 e 2016, tendo continuado a ser financiado maioritariamente por passivos. Em termos gráficos, podemos visualizar a estrutura do balanço da seguinte forma:

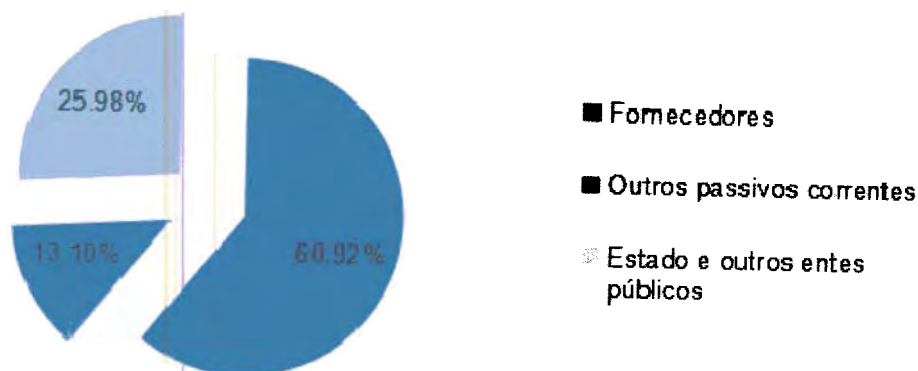
Estrutura do Balanço



Todas as rubricas do ativo estão valorizadas pelo custo de aquisição (Princípio do Custo Histórico) à exceção dos bens (imobilizado e alguns inventários) doados pelo IGESPAR (atual DGPC). Os Fundos Patrimoniais derivam dos fundos provenientes dos vários fundadores, do valor dos bens constante da contabilidade do IGESPAR à data em que foram doados por aquela entidade à Fundação Côa Parque, e do valor dos subsídios atribuídos pelo FEDER relativos a bens de investimento.

Estrutura do Ativo	2016		2015	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
Caixa e depósitos bancários	125.949,14	12,40%	13.728,56	2,10%
Outros ativos correntes	3.751,33	0,37%	516,47	0,08%
Diferimentos	158,03	0,02%	157,19	0,02%
Inventários	60.654,85	5,97%	65.539,99	10,02%
Ativos fixos tangíveis	250.941,01	24,71%	367.335,65	56,18%
Clientes	2.905,08	0,29%	2.330,16	0,36%
Estado e outros entes públicos	9,11	0,00%	61,10	0,01%
Outros créditos a receber	571.304,66	56,25%	204.197,27	31,23%
Total	1.015.673,21	100%	653.866,39	100%

Passivo



Analisando alguns aspetos do Balanço, podemos constatar que, em termos globais, o mesmo apresenta algumas variações relevantes de 2015 para 2016.

No que se refere aos seus valores Ativos, as rubricas que, de longe, mais se destacam são as dos “Ativos Fixos Tangíveis” e de “Créditos a receber”, assumindo as restantes valores pouco significativos. Exceção, no exercício de 2016, para o aumento da relevância da rubrica “Caixa e depósitos bancários”.

No domínio dos Ativos Fixos Tangíveis (cujos valores são apresentados na tabela acima em termos líquidos), verificou-se uma descida do valor dos mesmos em cerca de 116.000,00 €, facto que resulta de um nulo nível de investimento realizado em 2016 e, consequentemente, apenas do efeito “Depreciações do Exercício”.

Ao nível da rubrica de Créditos a Receber, o saldo apresentado em 2016 está em grande parte relacionado com os subsídios do próprio ano que a C&P tem direito a receber dos seus membros fundadores, por forma a fazer face aos gastos decorrentes da sua atividade operacional (sendo que também estão em dívida algumas verbas referentes aos anos de 2013 e 2014). Contudo, no contexto do exercício de 2016, acresce que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2016, de 30 de novembro, estabeleceu a necessidade de os vários fundadores atribuírem, no conjunto, e de forma proporcional à participação de cada um nos Fundos da Fundação, a verba de 639.424,00 € destinada ao equilíbrio de contas desta. Esta decisão justifica o forte aumento verificado ao nível desta rubrica.

De entre as restantes rubricas que compõem o Ativo, e apesar de as mesmas se revelarem pouco significativas, merece referência o comportamento apresentado pelas rubricas de “Inventários” e de “Caixa e depósitos bancários”. Ao nível dos inventários, verifica-se uma diminuição em cerca de 5.000,00 €, a qual reflete, em parte, as dificuldades financeiras da Fundação, assentes num inexistente fundo de maneo. No que se refere a “Caixa e depósitos bancários” (nomeadamente depósitos bancários) a subida verificada supera os 110.000,00 €. Esta subida está apenas relacionada com o recebimento, nos últimos dias do ano, de uma verba significativa oriunda de um dos fundadores, destinada a satisfazer a sua obrigação no que diz respeito às transferências a efetuar no ano de 2016 para a Fundação.

Estrutura do Passivo	2016		2015	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
Fornecedores	447.700,40	60,92%	269.795,96	55,59%
Outros passivos correntes	96.298,10	13,10%	101.241,63	20,86%
Estado e outros entes públicos	190.947,06	25,98%	114.291,15	23,55%
Total	734.945,56	100,00%	485.328,74	100,00%

Handwritten marks: a blue checkmark and a blue arrow pointing downwards.



Quanto ao Passivo da instituição, o mesmo converge para três componentes relevantes: “Fornecedores”, “Estado e outros entes públicos” e “Outros passivos correntes”.

O valor da rubrica “Fornecedores” é maioritariamente composto pela dívida a uma entidade e reflete a dificuldade crescente da entidade em honrar os seus compromissos de curto prazo e a necessidade do recebimento das contribuições em dívida por parte dos seus membros fundadores.

Quanto ao valor das dívidas ao Estado e outros entes públicos, encontra-se em mora o pagamento de quase 140.000,00 €, existe um plano de pagamento de uma dívida a rondar os 30.000,00 € em prestações, a que acresce o valor do IVA a entregar ao Estado referente ao último trimestre de 2016.

Ao nível da rubrica de “Outros passivos correntes”, seguindo o princípio da especialização dos exercícios, a entidade registou a estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias referentes a 2016 e a pagar em 2017 aos seus funcionários, sendo tal responsável por quase 80.000,00 € dos 96.298,10 € constantes daquela rubrica. O remanescente diz essencialmente respeito a montantes em dívida a um ex-elemento do Conselho de Administração.

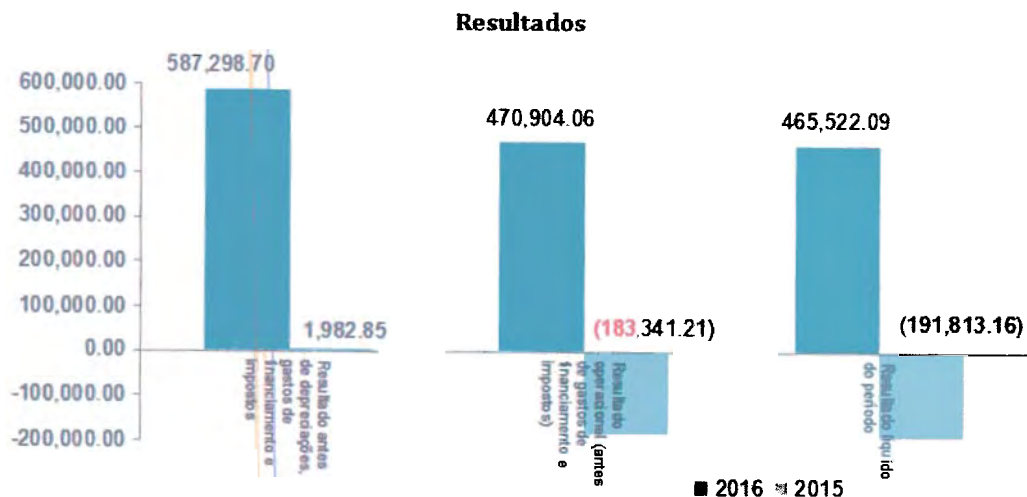
8.2 – Análise Económica

O Resultado Líquido do exercício é positivo, no montante de 465.522,09 euros, que compara com um resultado de -223.847,81 euros referente ao exercício de 2015. Neste particular e na vertente económica, verifica-se, portanto, uma melhoria considerável do comportamento da Fundação Côa Parque.

Por detrás desta variação encontra-se, principalmente, a verba atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros, já mencionada. No entanto, também contribuiu para esta melhoria a redução do valor dos gastos com fornecimentos e serviços externos e com o pessoal e das depreciações do exercício. Ao nível dos fornecimentos e serviços externos, a forte redução verificou-se no âmbito dos gastos com vigilância e dos enquadrados em projetos comunitários financiados pelo FEDER, pelo que 80% ou 85% destes últimos (dependendo do projeto) também não tiveram reflexo ao nível dos rendimentos na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração”. No que se refere aos gastos com o pessoal, foi possível observar uma diminuição em cerca de 5% do valor desta rubrica, na sequência da diminuição do quadro de pessoal. Na medida em que não se verificaram investimentos em 2016, o final do período de vida útil de alguns bens que teve lugar no exercício de 2015 justifica a redução dos gastos de depreciação do ano de 2015 para o de 2016.

Em termos gráficos, a evolução dos resultados apresenta-se do seguinte modo:

7



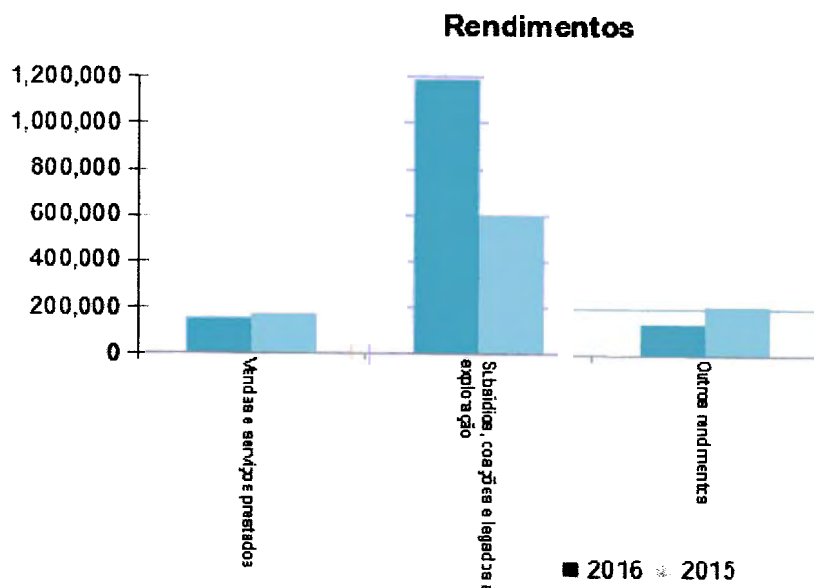
8.3 - Estrutura dos Rendimentos

Da análise aos rendimentos, verifica-se que as Vendas e Serviços prestados ascenderam a 161.289,01 euros, em 2016, o que representa uma ligeira descida face ao ano de 2015 (173.088,98 euros). Estes rendimentos têm a sua origem, sobretudo, nas receitas de bilheteira obtidas pela entidade e na venda de artigos na loja do Museu do Côa.

A subida acentuada ao nível dos subsídios à exploração já está devidamente explicada neste relatório, enquanto a diminuição do valor da rubrica “Outros rendimentos” está, por sua vez, relacionada com a diminuição das “Depreciações do exercício”, uma vez que a imputação a rendimentos de subsídios ao investimento/doações é feita na proporção de tais depreciações.

Rendimentos e Ganhos	2016		2015	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
Vendas e serviços prestados	161.289,01	10,82%	173.088,98	17,56%
Subsídios, doações e legados à exploração	1.187.272,28	79,67%	591.688,61	60,02%
Outros rendimentos	141.666,59	9,51%	221.111,78	22,43%
Total de Rendimentos	1.490.227,88	100,00%	985.889,37	100,00%

Apresenta-se, de seguida, a estrutura dos rendimentos inerente ao funcionamento da Fundação Côa Parque nos exercícios de 2016 e 2015.



8.4 - Estrutura dos Gastos

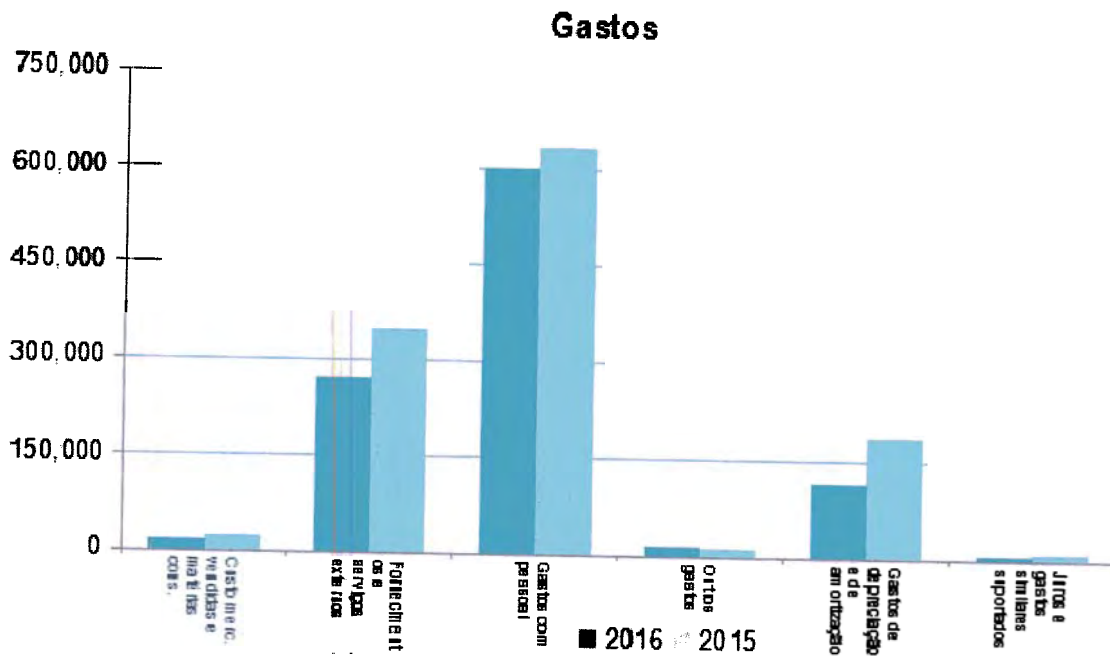
Em 2016, e comparativamente com o exercício de 2015, a estrutura de gastos da entidade apresentou-se como se segue:

Gastos e perdas	2016		2015	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
Custo merc. vendas e matérias cons.	17.915,46	1,75%	23.628,12	1,95%
Fornecimentos e serviços externos	268.845,69	26,24%	346.096,90	28,61%
Gastos com pessoal	600.849,28	58,64%	632.888,99	52,32%
Outros gastos	15.318,75	1,49%	13.327,16	1,10%
Gastos de depreciação e de amortização	116.394,64	11,36%	185.324,06	15,32%
Juros e gastos similares suportados	5.381,97	0,53%	8.471,95	0,70%
Total de Gastos	1.024.705,79	100,00%	1.209.737,18	100,00%

Desta estrutura de gastos, de destacar a relevância dos Fornecimentos e Serviços Externos (F.S.E.) e dos Gastos com o Pessoal, que assumem, em conjunto, mais de 80,00% do total de gastos suportados pela C&A Parque. A forte diminuição verificada nos F.S.E. está, na sua maioria, relacionada com gastos de vigilância menores e com gastos executados em 2015 no

âmbito de projetos comparticipados pelo FEDER, pelo que parte desta diminuição tem a correspondente queda no rendimento incluído na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração”, tal como já referido no ponto 8.2 supra. Por sua vez, a diminuição verificada ao nível dos “Gastos com o pessoal” é uma consequência da ligeira diminuição do quadro de pessoal. A outra rubrica que assume um valor importante nesta estrutura de gastos é a dos “Gastos de depreciação e de amortização”, que corresponde, maioritariamente, às depreciações dos ativos fixos tangíveis doados pelo IGESPAR (atual DGPC).

Em termos gráficos, assim se pode representar a estrutura de gastos da Fundação Côa Parque:



9. Proposta de aplicação dos resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de 465.522,09 € seja transferido para Resultados Transitados, para cobertura de prejuízos acumulados em anos anteriores.

10. Acontecimentos subsequentes

Com relação a este tema, chama-se a atenção para o descrito no ponto 10 do Anexo.

[Handwritten signatures in blue and black ink]

Entidade: *Côa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa*

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2016 e 31.12.2015

Unidade monetária: €

	RUBRICAS			NOTAS	PERÍODOS	
					2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Recebimentos de clientes e utentes			+		162.678,57	174.158,37
Pagamentos de subsídios			-			
Pagamentos de apoios			-			
Pagamentos de bolsas			-			
Pagamentos a fornecedores			-		(104.486,54)	(266.255,88)
Pagamentos ao pessoal			-		(510.268,74)	(605.181,12)
	Caixa gerada pelas operações		+/-		(452.076,71)	(697.278,63)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			-/+	12	61,10	66,00
Outros recebimentos/pagamentos			+/-		566.375,49	667.595,85
	Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-		114.359,88	(29.616,78)
Fluxos de caixa das atividades de investimento						
Pagamentos respeitantes a:						
Ativos fixos tangíveis			-			(55.311,66)
Ativos intangíveis			-			
Investimentos financeiros			-			
Outros ativos			-			
Recebimentos provenientes de:						
Ativos fixos tangíveis			+			
Ativos intangíveis			+			
Investimentos financeiros			+			
Outros ativos			+			
Subsídios ao investimento			+	7 ; 12	2.551,98	60.428,39
Juros e rendimentos similares			+			
Dividendos			+			
	Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-		2.551,98	5.116,73
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Recebimentos provenientes de:						
Financiamentos obtidos			+		50.000,00	
Realização de fundos			+			4.444,50
Cobertura de prejuízos			+			
Doações			+			
Outras operações de financiamento			+			
Pagamentos respeitantes a:						
Financiamentos obtidos			-		(50.000,00)	
Juros e gastos similares			-		(5.126,00)	(8.471,95)
Dividendos			-			
Redução de fundos			-			
Outras operações de financiamento			-			
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)			(5.126,00)	(4.027,45)
	Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			111.785,86	(28.527,50)
Efeito das diferenças de câmbio			+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período			+/-	12	14.163,28	42.690,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período			+/-	12	125.949,14	14.163,28

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



Relatório de Gestão e Contas 2016 - Fluxos caixa

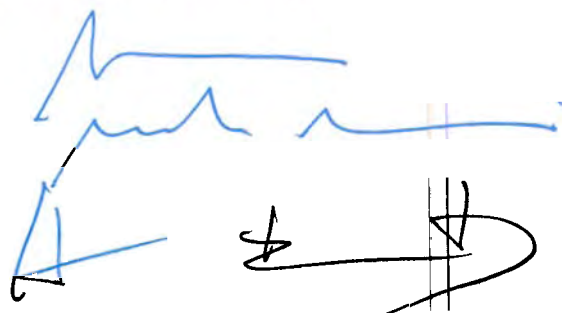
Entidade: C^oa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do C^oa

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2016 e 31.12.2015

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	PERÍODOS	
			2016	2015
Vendas e serviços prestados	+	12	161.289,01	173.088,98
Subsídios, doações e legados à exploração	+	6 ; 12	1.187.272,28	591.688,61
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	12	(17.915,46)	(23.628,12)
Fornecimentos e serviços externos	-	11 ; 12	(268.845,69)	(346.096,90)
Gastos com o pessoal	-	12	(600.849,28)	(632.888,99)
Outros rendimentos	+	7 ; 12	141.666,59	221.111,78
Outros gastos	-	12	(15.318,75)	(13.327,16)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		587.298,70	(30.051,80)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4	(116.394,64)	(185.324,06)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		470.904,06	(215.375,86)
Juros e gastos similares suportados	-		(5.381,97)	(8.471,95)
Resultado antes de impostos	=		465.522,09	(223.847,81)
Resultado líquido do período	=	8	465.522,09	(223.847,81)

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



Relatório de Gestão e Contas 2016 - D.R.

Entidade: C&A Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do C&A

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2016 e 31.12.2015

Unidade monetária: €

	RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
			2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes e utentes			162.678,57	174.158,37
Pagamentos de subsídios			-	-
Pagamentos de apoios			-	-
Pagamentos de bolsas			-	-
Pagamentos a fornecedores			(104.486,54)	(266.255,88)
Pagamentos ao pessoal			(510.268,74)	(605.181,12)
	Caixa gerada pelas operações		(452.076,71)	(697.278,63)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		12	61,10	66,00
Outros recebimentos/pagamentos			566.375,49	667.595,85
	Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	114.359,88	(29.616,78)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis			-	(55.311,66)
Ativos intangíveis			-	-
Investimentos financeiros			-	-
Outros ativos			-	-
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis			+	+
Ativos intangíveis			+	+
Investimentos financeiros			+	+
Outros ativos			+	+
Subsídios ao investimento		7 ; 12	2.551,98	60.428,39
Juros e rendimentos similares			+	+
Dividendos			+	+
	Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	2.551,98	5.116,73
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos			50.000,00	
Realização de fundos			+	4.444,50
Cobertura de prejuízos			+	
Doações			+	
Outras operações de financiamento			+	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos			(50.000,00)	
Juros e gastos similares			(5.126,00)	(8.471,95)
Dividendos			-	-
Redução de fundos			-	-
Outras operações de financiamento			-	-
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(5.126,00)	(4.027,45)
Variação de caixa e seus equivalentes				
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período			14.163,28	42.690,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período			125.949,14	14.163,28

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



Relatório de Gestão e Contas 2016 - Fluxos caixa

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

Exercício de 2016

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Srs.,

Membros do Conselho de Fundadores da
Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa

No cumprimento do disposto na alínea a) do artigo 24º dos estatutos da Fundação, apresentamos o relatório sobre a nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, tudo respeitante ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2016.

Relatório

1. Tendo em consideração as competências e deveres que nos são conferidos por lei, designadamente pelo disposto nos artigos 420º e 422º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos, no cumprimento do mandato que nos foi atribuído:

- a) À fiscalização da administração da Fundação;
- b) À vigilância da observância da lei e dos estatutos;
- c) À verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- d) À verificação da exatidão dos documentos de prestação de contas;
- e) À verificação da conformidade dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados com o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo;
- f) À apreciação do Relatório de Gestão do exercício elaborado pelo Conselho de Administração, bem como das propostas que nele constam;
- g) À emissão da Certificação Legal das Contas, datada de 27 de abril de 2017.

2. No desempenho das nossas funções, prevalecemo-nos dos poderes que nos são atribuídos pelo artigo 421º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, nomeadamente:

- a) Realizámos as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas entendidas por convenientes;
- b) Obtivemos do Conselho de Administração e dos serviços as informações e esclarecimentos que considerámos necessários.

3. Em consequência de todo o trabalho efetuado, concluímos que:

- a) Os atos praticados pelo Conselho de Administração, que são do nosso conhecimento, enquadram-se no objeto da Fundação e respeitam o cumprimento da lei e dos seus estatutos;
- b) A contabilidade e todos os documentos de prestação de contas (Demonstrações Financeiras) satisfazem os requisitos legais e estatutários;
- c) O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais, verificando-se a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.



António Fernando Ledo de Matos

*Revisor Oficial de Contas
Economista*

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

Igualmente, alertamos para o facto de:

- d) Deverão ser implementadas medidas com carácter duradouro tendentes a assegurar o equilíbrio da entidade, numa perspetiva económica e financeira. A não implementação dessas medidas, naturalmente, coloca em causa a continuidade do seu funcionamento, fazendo-a depender da decisão dos seus Fundadores, tomada ano a ano. Assim, é conveniente a elaboração pelo Conselho de Administração de um plano de funcionamento para Fundação, em total consonância com a tutela, que permita a esta exercer a respetiva atividade sem os permanentes constrangimentos financeiros que a vêm afetando. Tal plano, naturalmente, não deverá perder de vista os sãos princípios da racionalidade económica que deverão presidir ao funcionamento de qualquer entidade, pública ou privada
- e) Chama-se a atenção para a importância de a entidade possuir e manter um conjunto de apólices de seguro suficientemente abrangente e pelos capitais adequados, tendo em vista garantir a já mencionada continuidade das suas operações;
- f) Alertamos, também, para a necessidade de existir uma maior disciplina entre a Fundação e os seus Fundadores, ao nível do respetivo relacionamento financeiro;
- g) Alertamos para a sensibilidade que decorre da existência de dívidas em mora ao Estado, em particular daquelas que estão associadas a impostos e contribuições retidas a terceiros;

Parecer

4. Do exposto, somos de parecer que:

- a) Sejam apreciados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2016 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão;
- c) Seja feita a necessária apreciação sobre a atuação da Administração e fiscalização da entidade, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Vila Nova de Foz Côa, 27 de abril de 2017


António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITÓRIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.015.673,21 € e um total de fundos patrimoniais de 280.727,65 €, incluindo um resultado líquido de 465.522,09 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

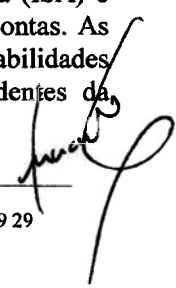
Já depois de encerradas as contas do ano de 2016, tomou-se conhecimento de uma posição de princípio assumida pelo Fundador “Turismo do Porto e Norte de Portugal” segundo a qual e para o que aqui interessa, não é devedor à Fundação Côa Parque, por si ou por intermédio do Turismo de Portugal de:

- 88.000,00 €, respeitantes à transferência relativa ao ano de 2015, na medida em que este valor “foi sobreposto pelos 127.885,00€ de cobertura de prejuízos acumulados, que foram ou serão pagos pelo Turismo de Portugal”;
- 88.000,00 €, respeitantes à transferência relativa ao ano de 2016, na medida em que, no tocante a este ano, “não houve aprovação do Orçamento da FCP, pelo que não existe obrigação da TPNP em pagar qualquer verba sobre este exercício”.

Se se vier a assumir, na prática, a posição adotada pela TPNP, isso significa que:

- Os Resultados (lucros) apresentados pela Fundação Côa Parque para o ano de 2016 estão empolados em 176.000,00 €;
- Os Ativos Correntes da Fundação Côa Parque evidenciados pelo seu Balanço em 31/12/2016 estão igualmente empolados por aquele valor, ao nível das “Outras Contas a Receber”.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

No final de 2016 não estavam ainda implementadas as medidas tendentes a suportar o funcionamento da Fundação numa base continuada, do ponto de vista económico e financeiro. Neste sentido, persistem ainda os desequilíbrios estruturais da Fundação, de tal modo que a continuidade da sua atividade acaba por ficar dependente da vontade dos seus Fundadores, principalmente do Fundador maioritário, expressa ano após ano.

Como quer que seja, as Demonstrações Financeiras respetivas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Ênfases

(i) Como consequência dos ajustamentos efetuados às contas de anos anteriores decorrentes dos acertos dos valores das transferências imputados aos Fundadores em anos anteriores a 2016, foi contabilizada em Resultados Transitados uma verba de 262.111,81 €, tendo, assim, diminuído os Fundos Patrimoniais da Fundação por esse montante.

Igualmente, procedeu-se à contabilização em Resultados Transitados do valor de 20.337,87 €, relativo a impostos e contribuições pagos em 2016, pagamentos esses sobre os quais os serviços administrativos da Fundação não forneceram informação suficiente sobre o modo ou forma como foram feitos. Esta contabilização teve como consequência uma melhoria dos Fundos Patrimoniais da entidade pelo montante assinalado.

(ii) Face ao constatado no tocante ao conjunto das apólices de seguro subscritas pela entidade, enfatiza-se a necessidade de possuir um conjunto de apólices de seguro suficientemente abrangente e pelos capitais adequados, tendo em vista garantir a continuidade da mesma.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

António Fernando Ledo de Matos

*Revisor Oficial de Contas
Economista*

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

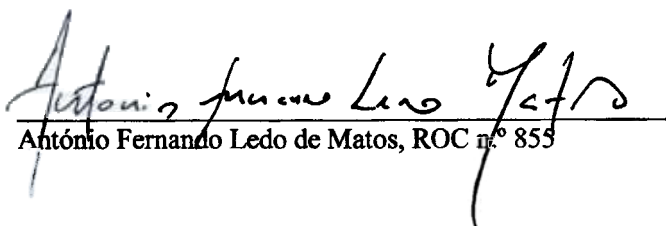
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Nova de Foz Côa, 27 de abril de 2017


António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855